

## REFLEXÕES SOBRE A SOCIEDADE ANGOLANA – BRIEF Nº 1 Julho de 2015

### CHINA/SONANGOL/CRESCIMENTO ECONÓMICO: 3 ASSUNTOS DA MÁXIMA ACTUALIDADE

Alves da Rocha

Muitos temas interessantes de análise estão a surgir ultimamente e de uma forma rápida. O primeiro está relacionado com a negociação com a China – ninguém sabe o que foi negociado, os compromissos assumidos, as contrapartidas dadas, etc., o que é normal num país de transparência reduzida e de regime político autoritário e centralizado. Mas o intrigante é que é sempre a China que aparece nos piores momentos financeiros de Angola (a comunidade internacional recusou liminarmente em 2003 o apelo do Presidente José Eduardo dos Santos para a realização duma Conferência Internacional de Doadores para concitar apoios à reconstrução do país, depois da devastação de 27 anos de guerra civil, tendo sido a China a disponibilizar os primeiros financiamentos a Angola para esse efeito). Apesar da actual dívida ser, segundo alguns apontamentos a este respeito que vão saltando para a Imprensa, de mais de 15 mil milhões de dólares, a China apresta-se, uma vez mais, a socorrer as autoridades políticas angolanas, aparentemente com quantias soberbas e generosas (*será que Angola está em situação de pré-falência financeira?*). Fala-se numa soma de 20 mil milhões de dólares relativa aos novos financiamentos-linhas de crédito da China (incluindo-se 3,5 mil milhões para uma nova barragem hidroeléctrica no médio Kwanza) e uma cedência de mais de 500000 hectares de terras<sup>1</sup>.

Já por diversas vezes expressei a minha opinião sobre as linhas de crédito estrangeiras, que é o caso dos contractos discutidos e assinados durante a deslocação do Chefe de Estado ao “Império do Meio”. Do meu ponto de vista, as linhas de crédito, chinesas e outras, não ajudam nem os empresários, nem os trabalhadores, nem a

---

<sup>1</sup> Manuel Ennes Ferreira – Expresso, 4 de Julho de 2015.

economia angolana. Ainda que estejam isentas de condicionalidades políticas (como não acontece com as de proveniência ocidental europeia) e permaneçam acauteladas boas condições de juro e de reembolso, existem inconvenientes:

- a) Os pagamentos às empresas chineses pelas obras, bens e serviços prestados em Angola são feitos directamente na China, significando que o sistema bancário angolano nem sequer se apercebe da cor deste dinheiro. Aparentemente, não se pode admitir a possibilidade de aplicar aos financiamentos das linhas de crédito um regime cambial semelhante ao existente, há pouco mais de dois anos, para as exportações de petróleo, porque se tratam de situações diferentes: no petróleo, os recursos naturais são nossos, nas linhas de crédito os recursos financeiros são alheios.
- b) A percentagem de negócios que cabe às empresas angolanas é baixa (no caso das linhas de crédito da China de 30%), mas mesmo assim incumprida por duas ordens de justificações: falta de capacidade empresarial nacional (queixam-se os chineses), má-fé e falta de solidariedade empresarial, protestam os capitães de indústria nacionais. No final das contas, os efeitos em valor agregado nacional e endógeno são reduzidos.
- c) A criação de emprego é diminuta no caso dos financiamentos chineses: grande parte da mão-de-obra necessária é “importada” do país de origem, as qualificações dos trabalhadores angolanos não são adequadas às características dos trabalhos (justificam os empresários chineses), as regras de funcionamento do mercado de trabalho em Angola são rígidas (a despeito da recente liberalização, na China é bem pior para os trabalhadores e uma bênção para os capitalistas do ainda resistente e único sistema comunista do mundo).
- d) Quando as linhas de crédito são usadas para fomentar as exportações de bens e serviços dos países que as concedem, então o desastre é total: agrava-se a dívida externa sem contrapartidas em activos materiais, piora-se o défice das contas externas e desestimula-se a produção interna. Seguramente que é o caso das linhas financeiras chinesas, pelo menos numa determinada proporção.
- e) Mas os entusiastas indefectíveis da cooperação financeira com a China, saúdam-na como o veículo para o reforço da classe média alta em Angola. Um dia hei-de me pronunciar sobre esta temática<sup>2</sup>.

Por isso é que são preferíveis outras modalidades de financiamento e criação de crescimento económico: empréstimos contraídos nos mercados financeiros

---

<sup>2</sup> Ver a extensa entrevista de Nelson Pestana do CEIC ao Semanário Expansão de 16 de Junho de 2015 sobre as condições sociais em Angola e onde se aborda a matéria das classes sociais.

internacionais (naturalmente ponderando-se e discutindo-se as condições inerentes à sua utilização) e o investimento directo estrangeiro. Mas também neste caso se deve atender a determinados factores: criação líquida de emprego, constituição de novas empresas que estimulem a construção de uma rede de fornecedores internos que alarguem a base produtiva e multipliquem os postos de trabalho – uma espécie de “cluster” na terminologia de Michael Porter – e fabricação de novos produtos propícios às exportações. As operações de investimento directo estrangeiro que têm predominado na economia angolana – sejam portuguesas, brasileiras ou chinesas – estão longe deste paradigma. Com a agravante – denunciada pela Presidenta da Agência Nacional do Investimento Privado – de, na maior parte dos casos, esse IDE não corresponder à entrada de meios financeiros, com os investidores estrangeiros a financiarem-se com recursos do sistema bancário nacional.

Os factos continuam a apontar para uma tendência de degradação das receitas da economia e do Estado. As estatísticas do INE do primeiro trimestre deste ano mencionam uma quebra de 50% nas receitas de exportação de petróleo<sup>3</sup> (face a período homólogo de 2014 – consequentemente uma quebra de valor equivalente ou quase das receitas fiscais do Governo) e um incremento de 65% nas importações (sinal preocupante de falhanço da política de substituição das importações defendida, a ferro e fogo, pela AIA)<sup>4</sup>. As estatísticas oficiais referem que entre 2002 e 2014 as receitas da exportação de petróleo atingiram a cifra de 541884,1 milhões de dólares e as fiscais com esta mesma origem o montante de 272198,8 milhões de dólares. Porém, a diversificação da economia não existe (reconhecimento expresso pelo Ministro da Economia perante uma plateia de militantes do MPLA e transmitido pela RTP África no dia 20 de Junho no Programa Revista de África), as dificuldades de pagamentos e transferências agravaram-se (não havendo saídas estruturadas a médio prazo), o funcionamento da economia patina (a consultora norte americana IHS reviu para 3,3% (em vez de 4,5%) as suas previsões de crescimento do PIB para 2015, conforme relata a LUSA de 19 de Junho e o próprio Governo acaba de reconhecer que a taxa de 6,6% prevista no OGE 2015 revisto é inviável, pelo que a ajustou para 3,5%, insuficiente para cobrir o crescimento da população e a taxa de amortização do stock de capital fixo da economia), a inflação mostra sinais de disparar (a taxa de inflação de Maio foi de 1,03% e as projecções apontam para um regresso a uma inflação de dois dígitos no

---

<sup>3</sup> Há banqueiros ligados ao regime que continuam com uma atitude de excesso de optimismo quando afirmam que “Angola terá divisas mais do que suficientes” (Semanário Mercado de 9 de Junho de 2015), quando a maior parte dos apontamentos internacionais sobre o comportamento esperado do preço do petróleo vai no sentido de uma permanência do seu valor em redor de 65 dólares o barril, na melhor das hipóteses 75 dólares (segundo a Bloomberg, o preço do barril de petróleo tem-se vindo a degradar, tendo atingido 56 dólares nas últimas sessões do respectivo mercado). Foram igualmente estes banqueiros que anunciaram, há uns tempos atrás, a convertibilidade internacional do Kwanza.

<sup>4</sup> Isto significa, precisamente, que se trata de uma economia **que não consome o que produz (porque ainda não tem) e que consome o que não produz**. Esta característica é própria das chamadas economias de enclave.

final do ano e estimada em 11,2%) e a pobreza aumenta. O que resta então das fantásticas receitas de exportação do petróleo? Sem dúvida um sistema de infraestruturas renovado, ainda que de baixa qualidade (cerca de 93,5 mil milhões de investimento público entre 2002 e 2014), mas principalmente um processo de acumulação primitiva de capital que criou uma classe minoritária de ricos e afortunados que escolhem investir fora do país (Portugal de preferência), em vez de injectarem os milhares de milhões de dólares na diversificação das exportações de Angola.

A segunda nota de relevo é o relatório da Sonagol, assinado pelo seu presidente, em que se reconhece a falência do seu modelo operacional e que a maior empresa angolana não consegue funcionar sem o apoio do Tesouro Nacional<sup>5</sup>. Mas que tremendo paradoxo: a Sonangol, enquanto concessionária única dos hidrocarbonetos do país é que tem de alimentar os cofres do Estado e não o contrário. ***Estamos assim perante a queda de um gigante de barro?*** É impressionante ler este relatório, onde se põem a nu os tráficos de influência veiculados pela e através da empresa, os contratos-sombra de centenas de milhões de dólares, o “outsourcing” de serviços seleccionados (em 2014 foram gastos em consultoria 257 milhões de dólares, em assistência técnica 124 milhões de dólares, num total de quase meio milhão de dólares) e o montante de salários pagos (1239 milhões de dólares). É a rubrica de “outsourcing” que torna os resultados líquidos da empresa substancialmente negativos e estimados, no citado documento, em 1187 milhões de dólares (colmatados pelas transferências do Tesouro Nacional). A frase utilizada pelo Presidente da Sonangol é lapidar (aplicável a certos Ministérios que fazem da Assistência Técnica estrangeira uma forma de funcionamento normal das suas actividades<sup>6</sup>): *“deixamos de aprender a saber fazer, para aprendermos a contratar e a subcontratar”*. O número de trabalhadores efectivos da empresa ascende a 8500, mas o relatório acrescenta mais 4500/5000 correspondentes a uma variada tipologia de contratação de serviços. Ou seja, de trabalhadores cujo serviço não é controlado pela Sonangol, limitando-se a pagar as facturas emitidas pelas entidades que supostamente prestaram um determinado serviço. Presume-se assim que o montante global de

---

<sup>5</sup> Semanário Expresso de 20 de Junho de 2015, Caderno de Economia.

<sup>6</sup> Numa crónica do Semanário Novo Jornal intitulada “Consultomania” de Gustavo Costa (há cerca de 3 anos) era apontado um Ministério onde dois consultores estrangeiros auferiam, cada um, um salário anual de 360 mil dólares, fora as viagens de pausa de 60 em 60 dias, o alojamento, as viaturas, e outras benesses. Parece que afinal, partindo do princípio de que os contractos terminaram, os efeitos positivos esperados ou estão escondidos ou então não existem. Ainda esta semana se soube que está/esteve em Luanda um Consultor Internacional para elaborar um estudo sobre a adesão de Angola à Zona de Livre Comércio da SADC e cujas conclusões, apresentadas com pompa e circunstância, são, afinal, banais e há bastante tempo do perfeito conhecimento dos empresários, dirigentes políticos e comunidade académica): mas afinal com tantas Universidades (algumas com mestrados classificados entre os 7 melhores de África), firmas nacionais de consultoria, capacidade de reflexão interna, conhecimento dos problemas e assuntos e por aí fora, não somos capazes de sistematizar o nosso pensamento sobre esta matéria?

salários pagos em 2014 abarcou apenas os trabalhadores efectivos da empresa, perfazendo um salário médio mensal de mais de 11200 dólares, considerando 13 meses.

Esta questão do emprego é outra que faz parte da agenda dos desafios e dos riscos do país. Desafios porque, conforme explicarei já de seguida, não vai ser fácil conciliar ganhos de produtividade – essenciais e indispensáveis para a competitividade em economia aberta – e criação significativa de emprego. Riscos, porque a economia nacional está envolvida por muitas fraquezas e desequilíbrios estruturais. A ilustração mais evidente desta afirmação está no facto de, depois da tempestade petrolífera de 2008/2009 que atirou o preço do barril para a casa dos 45 dólares e da recuperação quase imediata (2010) para níveis semelhantes aos anteriores, Angola nunca mais atingiu os padrões de crescimento do PIB registados até 2008 (11,17% neste ano). De acordo com as Contas Nacionais, os registos foram os seguintes: 2,01% em 2009, 4,61% em 2010, 1,86% em 2011, 5,82% em 2012, 3,98% em 2013 e 4,4% em 2014<sup>7</sup>. Entre 2002 e 2008, a taxa média anual de variação real do PIB foi de 11,09%, enquanto a relativa ao período 2009/2014 foi de apenas 3,36%. Até 2020 e de acordo com as antecipações das mais reputadas agências internacionais de desenvolvimento (FMI, Banco Mundial, OCDE, BAD, EIU), a taxa média anual de variação real do PIB situar-se-á na vizinhança de 5%<sup>8</sup>. Verifica-se, na verdade, **uma desaceleração estrutural do crescimento económico do país**, que poderia ter sido contrariada com a diversificação das exportações e a criação duma massa crítica de procura nacional endógena (ainda que possam ser reconhecidos alguns avanços na redução da pobreza, o que é facto é que foram marginais e não sustentáveis e agora fortemente abalados pela crise do preço do petróleo). Com estes registos a evolução do emprego (e dos salários) fica seriamente comprometida, dentro de parâmetros razoáveis de competitividade.

A questão essencial a colocar e a debater está em saber se a recuperação económica é factor suficiente para a reversão do desemprego e para a criação sustentada de emprego líquido no futuro. Também se pode colocar esta problemática de maneira um pouco diferente, mas que conduz ao mesmo tipo de reflexão: a que taxa média anual deve crescer a economia não mineral para que a taxa de desemprego decline significativa e sustentadamente durante um período de tempo razoável, digamos 10/15 anos? Adjacente à capacidade de geração de emprego sustentável do crescimento económico, está a matéria salarial, ou, de modo mais geral, do poder de compra da sociedade: são suficientes taxas expressivas de variação anual do nível de actividade para que os salários – e outras remunerações que entram no cômputo do poder de compra geral – aumentem e as famílias vivam melhor?

---

<sup>7</sup> CEIC/UCAN – Relatório Económico de 2014.

<sup>8</sup> Ver “As perspectivas de desenvolvimento Económico de Angola até 2020”, CEIC, Working Paper Outubro de 2014.

Claro que o crescimento económico é necessário. Pode é não ser suficiente. E não faltam estudos e evidências empíricas para se concluir que na maior parte das economias do planeta, sejam desenvolvidas ou em vias de desenvolvimento, o crescimento económico parece ter estabelecido uma relação de amigável convivência com o desemprego.

Jeremy Rifkin tem uma visão catastrófica da evolução do emprego durante o século XXI, chegando a admitir que o fim do emprego está próximo: “ *nas décadas centrais do século XXI, a esfera comercial disporá dos meios tecnológicos e da capacidade organizacional para oferecer bens e serviços básicos a uma expansiva população, usando uma pequena fracção da força de trabalho actualmente empregada. Talvez menos de 5% da população adulta venha a ser necessária para gerir e operar a esfera industrial em 2050. Fazendas agrícolas, fábricas e escritórios quase despovoados serão a norma em todos os países*”<sup>9</sup>.

A admirável revolução nas novas tecnologias da informação e comunicação – vulgarmente conhecidas como TIC – foi a grande responsável pelo espectáculo do crescimento económico nos Estados Unidos durante os anos 90 do século anterior<sup>10</sup>. O factor associado foi a produtividade, cujo incremento permitiu aumento do PIB, variação positiva do emprego e estabilidade dos preços. Foram bastantes as reflexões teóricas que se produziram acerca deste fenómeno de crescimento económico com aumento de emprego e queda dos preços, tendo chegado a admitir-se que se estaria no limiar duma Nova Economia. Foram interessantes os debates entre economistas famosos, destacando-se Rudiger Dornbush, Roger Ferguson, Paul Samuelson, Robert Gordon<sup>11</sup>, Paul Krugman e Joseph Stiglitz<sup>12</sup>.

No século XXI, uma proporção crescente do trabalho físico e intelectual – desde meras tarefas repetitivas até actividades altamente complexas – será desempenhada por máquinas inteligentes, mais baratas e mais eficientes. Os trabalhadores mais baratos do planeta – África, China, Índia – serão caros quando comparados com a tecnologia que os há-de substituir.

---

<sup>9</sup> Jeremy Rifkin, “The End of Work”, 1995 com actualização e edição histórica em 2004, Macron Books.

<sup>10</sup> Começam a aparecer pontos de vista muito diferentes dos de Rudiger Dornbush e Roger Ferguson quanto à verdadeira influência das novas tecnologias no crescimento económico dos anos 90. Por exemplo, Diana Farrel (A verdadeira nova economia, Gestão Pura, Outubro de 2004, páginas 88-95) defende uma tese diferente, situando a verdadeira nova economia nas novas formas de concorrência que apareceram: “ os acontecimentos dos anos 90 tiveram menos a ver com a tecnologia e mais com novas formas de concorrência. A chave do sucesso? Inovação agressiva e investimentos direccionados em tecnologias de informação”. A posição de Stiglitz também questiona a verdadeira dimensão das novas tecnologias nos incrementos da produtividade. Para já não falar do paradoxo de Solow: vê-se computadores em todo o lado menos nas estatísticas da produtividade.

<sup>11</sup> Para uma apreciação das posições destes consagrados economistas sobre a Nova Economia, ver Economia Pura, nº 26, Julho de 2000.

<sup>12</sup> Joseph E. Stiglitz – Os Exuberantes Anos 90: Uma Nova Interpretação da Década Mais Próspera da História, Companhia das Letras, 2003.

A última nota refere-se aos níveis de confiança/desconfiança no país. As instituições desconfiam dos cidadãos e estes do Estado. O excesso de burocracia é uma ilustração da desconfiança do Estado perante os cidadãos, levantando obstáculos severos ao acesso a condições, canais e circuitos que ajudam a melhorar a sua condição de pessoa ou de empresário. O controlo da saída de divisas no aeroporto internacional de Luanda é outra ilustração da desconfiança das instituições do Estado, porque se pergunta quando se passa o controlo das bagagens, revista-se na alfândega e volta a revistar-se à entrada das aeronaves. Esta desconfiança aguça os espíritos mais atreitos a cometerem ilegalidades para se conseguir um mínimo de sossego.

Outro aspecto que eleva os níveis de desconfiança refere-se à transparência do sistema bancário nacional. Aludo, em particular, ao caso BESA. Um ano depois do escândalo, ainda ninguém foi esclarecido sobre o “desaparecimento” de 5,5 mil milhões de dólares. Os nomes dos eventuais tomadores dos empréstimos continuam envoltos em mistério e é quase certo que assim prossiga, porque o BESA é agora estatal sob a designação de Banco Económico SA (no fundo, BESA). Em carta datada de 27 de Março de 2014, José Lima Massano (na altura Governador do Banco Central angolano) afirmava que “os banqueiros não estavam autorizados, sob nenhuma forma, a identificar contas ou revelar nomes de clientes com quem trabalhassem”<sup>13</sup>.

A crise do preço do petróleo iniciada em meados de 2014 começa a pôr a descoberto as muitas debilidades dos nossos sistemas, económico, financeiro, social e institucional, colocando em risco algumas das conquistas conseguidas depois de 27 anos de guerra civil.

---

<sup>13</sup> África Monitor Intelligence, nº 951, 22 Junho de 2015.